



Anais da Assembléia

N.º 121

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 185ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1977

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Manoel e Ivan Rüppel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Feder-mann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino To-lentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Antônio Facci e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Nelson Buffara (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Academia Paranaense de Letras, de profunda tradição na vida do Estado e com largos e meritórios serviços prestados às Letras e à Cultura do Paraná, comemora o seu 41o. aniversário de fundação.

Uma das instituições de maior respeito na atividade cul-tural do País, a Academia, onde se encontram e por onde passa-ram os mais consagrados escritores de nossa terra, tem, hoje, como ao longo de todos esses anos, se constituído, a par de seu formidável cenáculo das letras paranaenses junto à intelectua-lidade, um polo a irradiar, permanentemente, trabalho e opero-sidade junto à nossa população.

O evento, diante do que representa, merece ser registrado por esta Casa, razão porque o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, seja con-signado voto de efusivas congratulações com a Academia Para-naense de Letras pelo transcurso de seu 41o. aniversário de fundação.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão, por inteiro teor deste expediente, à direção daquela Academia.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja

encaminhado ao Sr. Diretor Presidente da Companhia de Sanea-mento do Paraná - SANEPAR, a missiva anexa, recebida pelo requerente, relatando irregularidades no setor do abastecimento de água no bairro do Boqueirão, desta Capital.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença na tribuna de honra deste Plenário, da estudante Tayomara do Ro-cio Rocha.

A estudante Tayomara foi eleita em concurso em que participaram estudantes de Guaratuba, Paranaguá, Morretes, Matinhos e Guarapuava e, dentre 17 lindas candidatas, ela se sagrou vencedora do concurso, e é hoje, a rainha dos estudantes do litoral paranaense.

Tayomara estuda documentação médica e faz o segundo ano de inglês.

Em nome da Casa, desejamos que a sua permanência neste plenário, no edifício do Poder Legislativo, seja provei-tosa, oportunidade em que os Srs. Deputados terão para conhe-cê-la e, tenho certeza de que no cumprimento que lhe levarão, estará implícito o cumprimento de toda a juventude estudantil do litoral paranaense.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Depu-tado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que queremos apresentar neste instante, a súmula já lida, do nosso anteprojeto que pretende denominar de Rodovia Jayme Canet a importante rodovia que liga Parigot de Souza - na altura de Joaquim Távora, Carlópolis e Passo dos Leites.

Como todos sabem, Jayme Canet foi um dos desbravado-res do Norte Pioneiro, com residência fixa em Ribeirão Claro; muito lutou para o progresso daquela terra e daquela gente, e também, com esta singela homenagem, queremos prestar ao ilustre Sr. Julio Canet, irmão do homenageado, que foi Prefeito de Joaquim Távora em nossa juventude. E, naquela época, lu-tava-se pela melhoria das rodovias, na interligação com o vizinho Estado de São Paulo.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento, quando vemos a pista asfáltica atravessando o nosso Norte Pioneiro, a nossa querida Joaquim Távora, incrustada nas barrancas do Rio Jacaré, rasgar por aquele hinterland em deman-da ao Estado de São Paulo, interligando os dois Estados irmãos, é que pretendemos com esse nosso requerimento prestar uma homenagem ao pioneirismo do nosso rincão, do nosso querido Norte Pioneiro, do nosso querido Norte Velho, responsável por todo o progresso do Norte Novo, do Norte Novíssimo, por onde adentraram os paranaenses vindos de São Paulo, os paranaenses de Minas Gerais e os paranaenses de todos os rincões brasileiros.

Queríamos pedir vênia, Sr. Presidente, para ler a nossa pretensão. (Lê):

"Art. 1o. — Fica denominada "Rodovia Jayme Canet", a rodovia estadual que liga a Rodovia "Parigot de Souza" — Joa-quim Távora - Carlópolis e Passo dos Leites, na divisa com o Estado de São Paulo.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

Apoiamentos: Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso, Jorge Sato e Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

A presente homenagem póstuma que se pretende prestar àquela eminente personalidade que foi Jayme Canet, deve-se ao seu grande espírito de pioneiro que sempre determinou a sua conduta em prol do desenvolvimento no Norte Pioneiro de nosso Estado, onde residiu por longos anos, na cidade de Ribeirão Claro. É também uma demonstração de gratidão a uma ilustre família que tem oferecido eminentes homens públicos dedicados à administração estadual e municipal, ressaltando entre outros, o dinâmico Sr. Júlio Canet, irmão do homenageado, que se destacou como um dos primeiros Prefeitos de Joaquim Távora, e que muito lutou pela concretização da construção dessa importante rodovia para o desenvolvimento do Paraná, na ligação da região norte pioneira com o vizinho Estado de São Paulo, estrada esta concluída no dinâmico governo de S. Exa. o Sr. Jayme Canet Júnior.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis".

Com isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos contar com a aprovação desta ilustre Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a satisfação de comunicar a presença, neste Plenário, de S. Exa. o Sr. Deputado Federal Álvaro Dias, representante do MDB na Câmara Federal, onde é vice-líder da bancada. A S. Exa. as boas vindas da Mesa e dos Srs. Deputados.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria. — (Declina).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, devidamente apoiado, lido da tribuna. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Lamento, mas não entendi a súmula do projeto do eminente Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O Sr. Deputado Gabriel Manoel, na súmula, pretende homenagear o Sr. Jayme Canet, progenitor do Governador Jayme Canet Júnior, denominando a rodovia estadual que liga a rodovia Parigot de Souza, no trajeto Joaquim Távora - Carlópolis - Passos dos Leites, na divisa do Estado de São Paulo.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, apenas para rememorar à Mesa, de que existe Projeto de Lei neste sentido, se não aprovado, pelo menos, tramitando pela Casa. Era de se ver da conveniência da aprovação de duas estradas diferentes com o mesmo nome. Talvez, sugiro, nada tenho contra a iniciativa de S. Exa., apenas para que esse processo seja apensado, se não é lei ainda, a iniciativa anterior, porque me parece, não sei quem é o autor...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Realmente, há um projeto de lei neste sentido na Casa, mas pretende nominar uma outra rodovia com esse nome. E autuando o projeto, se apoiado, a Comissão de Constituição e Justiça, dirá.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, nominando uma outra estrada...

Seria de se sugerir a um dos autores, já que o genitor do Sr. Governador tem um projeto de lei já composto, se pudesse dar a alguma outra, a algum outro parente de S. Exa., para evitar problemas...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O que a Presidência tem a informar, e por haver sido solicitado pelo Governador do Estado que se retirasse um projeto de lei que denomina Jayme Canet Júnior, determinada estrada, e S. Exa. é, como todos nós somos, contrário a que se preste homenagem a pessoas vivas. E, realmente, o autor foi procurado pela Presidência, e solicitado a retirar o projeto de lei. Ainda não o fez oficialmente; mas o projeto de lei encontra-se em determinada comissão e não está tramitando.

O que S. Exa., o Deputado Gabriel Manoel pretende, é homenagear o extinto Sr. Jayme Canet, progenitor do atual Sr. Governador, que foi, segundo a justificativa do Sr. Deputado autor, um desbravador do Norte Pioneiro, porque lá residiu longos e longos anos, quando ainda nos primórdios da civilização daquela região.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, não nos causa espécie a ingerência do ilustre Deputado Enéas Faria, porque ele não entende nada de interior; entende, mais ou menos, daqui, porque sabe. Agora, da nossa região entendemos nós, que nascemos naquela região, que vimos o homem desbravando e, só pelo fato de ser genitor do ilustre Governador do Estado, não poderá receber uma homenagem póstuma.

Então, Sr. Presidente, se nós ferimos os dispositivos de algo que está tramitando pela Assembléia, então, nós queríamos que V. Exa., por seu intermédio, por intermédio da Mesa, pedir vênias ao ilustre, dinâmico, inteligente, intelectual, com um tirocínio político inabalável, com um tirocínio político indelével, que nos perdoe. Mas, procuramos, Sr. Presidente, dar o nome a uma rodovia, de um homem que lutou pela nossa região, que lutou a casco de cavalo naquela estrada, nas picadas do Norte Pioneiro e quando vemos uma fita asfáltica rasgando a nossa terra, a nossa euforia, a euforia do povo trabalhador, dos homens que puxam o rabicho do arado e o cabo da enxada, queremos, pelo menos, homenagear.

E queria apresentar nossas desculpas ao ilustre Deputado apartante que nos perdoe se não soubemos que tramita, nesta Casa, um requerimento no sentido de não se poder homenagear pessoas que litam por sua terra e por sua gente.

Vai também, um pequeno reparo — o que está tramitando, não está concretizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência informa que o projeto de lei do eminente Deputado Gabriel Manoel, já está com 5 assinaturas e, portanto, regimentalmente, apoiado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 70/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que denomina "Pedro Passos Leoni", o Grupo Escolar localizado na Vila José Lacerda, na cidade da Lapa. Parecer Favorável da C.C.J., com substitutivo geral, por unanimidade. - APROVADO, pelo Substitutivo Geral.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 80/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais "Padre Anchieta", com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 87/77, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o "Conselho Particular de Maringá, da Sociedade São Vicente de Paula", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer

Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 91/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 75/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva prorrogar até 30 de junho de 1979, os efeitos da Lei no. 6547, de 06/06/74. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Com emenda de Plenário. — Em discussão o Projeto e a emenda. Em votação a Emenda. — APROVADA. Em votação o Projeto. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 263/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 423/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA BOA, objetivando reparos nos prédios dos Grupos Escolares "Manoel Antonio da Cunha" e "Ney Braga", na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 264/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 424/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "Tiradentes", na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 265/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 425/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Santa Cecília do Pavão, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 266/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 426/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando reparos nos prédios do Grupo Escolar Ruy Barbosa e das Casas Escolares da Seção Cedro e do Patrimônio do Cedro, localizados naquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 267/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 427/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARRA DO JACARÉ, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Barra do Jacaré, da sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 268/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 429/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JATAIZINHO, objetivando reparos nos prédios dos Grupos Escolares Joana H.M. Borba e Pedro Viriato Parigot de Souza, da sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por

do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARIALVA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar de Marialva, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 270/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 435/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Vila Urupês, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 271/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 436/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IVATUBA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Afrânio Peixoto, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 272/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 81/77, ex-Proposição no. 439/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAFEÁRA, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 273/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 84/77, ex-Proposição no. 442/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de ALTO PARANÁ, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 274/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 85/77, ex-Proposição no. 443/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, objetivando prestação de serviços técnicos ao Aeroporto Afonso Pena, São José dos Pinhais pelo Corpo de Bombeiros. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 275/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 451/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAPANEMA, objetivando execução de reparos no prédio dos Grupos Escolares Rocha Pombo e São Cristovão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 277/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 456/77, unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 269/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 80/77, ex-Proposição no. 430/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado

aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PALMAS, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Sebastião Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 279/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 460/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PALMEIRA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino localizados naquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 281/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 462/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIÊN, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar da sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 282/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 465/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino e a Unidade Sanitária daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 283/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/77, ex-Proposição no. 468/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TEIXEIRA SOARES, objetivando reparos em prédios de estabelecimentos de ensino localizado naquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 284/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 92/77, ex-Proposição no. 473/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GUAIRACÁ, objetivando obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 285/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 95/77, ex-Proposição no. 476/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de LUPIONÓPOLIS, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 123/75, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que altera a redação do art. 2o., da Lei no. 5972, de 24 de julho de 1969, que dispõe sobre a obrigatoriedade de combate à febre aftosa em todo o território Estadual. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.A.I.C., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 123/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — O art. 2o. da Lei no. 5972, de 24 de julho de 1969, mantidos os seus parágrafos, passa a vigorar com a seguinte

redação:

“Art. 2o. — Caberá à Secretaria de Estado da Agricultura a execução e fiscalização no combate à febre aftosa, cabendo aos demais órgãos estaduais prestarem integral apoio quando solicitados”.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Em que pese o bom aproveitamento da Campanha de Combate à Febre Aftosa, instituída no Paraná pela Lei Estadual no. 5.972, de 24 de julho de 1969, algumas medidas ainda podem ser tomadas para se conseguir maior eficiência e reunião de esforços. Escapou ao legislador estadual a preocupação de ativar todos os recursos de que o Paraná possui, para combater o terrível mal da febre aftosa. Assim é que o campo de ação mobilizou apenas as forças da Secretaria da Agricultura, através de seus órgãos especializados, quando na verdade, para um melhor aproveitamento, economia e maior eficiência, outros setores do governo estadual devem ser mobilizados diretamente nesta campanha. A simples mudança de redação ao art. 2o., da lei em tela, permitirá, sem impecilhos legais, sejam ativados outros setores, que por não disporem de autorização legal, ainda permanecem inativos. Como exemplos, basta citar que o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária, em seus artigos 34, § 1o. e 35 (Decreto no. 52.344, de 09/08/63), está previsto a delegação de poderes do Ministério da Agricultura, para os funcionários dos Estados, a fim de fiscalizarem o trânsito de animais pelo território nacional. Ora a CAFAP e a Secretaria da Agricultura no Paraná, não dispõem de pessoal suficiente para efetuar uma fiscalização como se torna necessária no trânsito de animais. Assim, autorizada em lei a fiscalização poderá ser efetuada pelos próprios fiscais da Fazenda do Estado, com economia para os cofres públicos, sem aumento de pessoal e o que é importante, assegurando a execução do combate à febre aftosa.

Por outro lado, a formação cultural do homem do campo, arredo aos avanços científicos e sem consciência de que só uma campanha intensiva e sem fracionamento poderá conseguir a erradicação do mal, bem como os exemplos históricos (como o caso dos Estados Unidos da América, que levaram 25 anos para controlar a doença, em que pese se utilizar, aquela nação, do sacrifício dos animais contaminados, suportando o Governo o ônus destas indenizações), nos fazem pensar de que teremos um ponderável número de anos para conseguir-se a erradicação da febre aftosa no Brasil. Assim é que surge a necessidade de conscientização da população. Esta conscientização deve abranger principalmente a criança e aproveitando-se a fase da sua educação e ainda por meios que não se onere o Estado. Aprovado o presente projeto e convertido em lei, estará a Secretaria de Educação autorizada, a exemplo do que se faz na Bahia, a distribuir material escolar e autorizar a introdução no currículo escolar de temas com motivações da campanha. Os meios proporcionais do próprio governo do Estado, estarão autorizados a incrementar a conscientização desta campanha, utilizando-se dos modernos meios de publicidade, em especial a televisão que hoje cobre o Estado inteiro. Ainda como exemplos podemos citar, que a Secretaria da Fazenda, poderia nas notas fiscais inserir frases de motivação à conscientização desta campanha.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 123/75

A justificação que acompanha o presente plano de lei, demonstra a necessidade e oportunidade da alteração proposta na Lei no. 5972, de 24 de julho de 1969, pela qual a Secretaria da Agricultura ficará em condições de poder estimular outros setores do Governo do Estado, que não somente a ela

são subordinados, no combate à febre aftosa.

O projeto em exame não fere qualquer disposição legal ou constitucional, pelo que o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10. de outubro de 1975.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Fabiano Braga Cortes, Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Parecer ao Projeto de Lei no. 123/75

A proposição ora em exame, visando alterar o disposto no art. 2o. da Lei no. 5972, de 24 de junho de 1961, é deveras importante e salutar, mesmo para aprimoramento da política de combate à febre aftosa no território paranaense.

A providência preconizada na alteração proposta, dará melhores condições ao Estado de atacar com maior segurança o problema em referência, com reflexos positivos para a manutenção da melhor qualidade do rebanho estadual, conseqüentemente, uma maior vitalidade à já combatida economia do Estado, em decorrência das últimas intempéries que abalaram profundamente no decorrer deste ano.

Assim, é nosso pensamento que a proposição deva merecer todo o nosso apoio, razão porque opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977.

(aa) Lázaro Dumont, Presidente; Alfredo Gulin, Relator

1.a DISCUSSÃO —do Projeto de Lei no. 38/77, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que altera para "FORMOSA DO OESTE" a denominação do Município de Formosa, criado pela Lei no. 4382, de 10/06/61. Parecer Favorável da C.C.J., com substitutivo geral, por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 38/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica alterado para "Formosa do Oeste" a denominação do Município de Formosa, criado pela Lei no. 4382, de 10 de junho de 1961.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1977.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Embora para os munícipes não exista polêmica quanto ao nome, uma vez que todos tem a denominação de "Formosa do Oeste" como única e definitiva.

Quando da criação do Distrito Administrativo e Judiciário através da Lei no. 4311, de 06 de janeiro de 1961 no seu art. 3o. item IV, diz:

Art. 3o. — Ficam criados os seguintes Distritos Administrativos e Judiciários:

- I —
- II —
- III —

IV — No Município de Cascavel e de "Formosa D'Oeste, com as seguintes divisas . . . Não havendo nenhuma outra lei que altere a citada.

Através da Lei no. 5643, foi criado o Município de Nova Aurora, publicada no Diário Oficial no. 170, de 26 de setembro de 1967, onde se lê, textualmente:

"Art. 1o. — Fica criado o Município de Nova Aurora, desmembrado dos Municípios de Cascavel e Formosa D'Oeste...

No Diário Oficial no. 244, de 02 de janeiro de 1963, encontra-se publicada a Lei no. 4668, que criou diversos distritos judiciários e no seu artigo 4o. consta:

"Art. 4o. — Fica criado no Município de FORMOSA DO OESTE o Distrito Judiciário de Jesuíta...

Já na ata de instalação daquele município lemos: "Ata Solene de Instalação do Município de FORMOSA D'OESTE" ...

Dai podemos observar que há uma diferenciação em torno dos nomes de Formosa D'Oeste e o desejado Formosa do Oeste, e o único documento onde consta como Formosa é na Lei no. 4382, de 01 de junho de 1961, que cria o referido município.

Já tramitou nesta Casa o Projeto de Lei no. 22/65, cuja súmula diz: "Denomine "FORMOSA DO OESTE" o Município de Formosa, criado pela Lei no. 4382, de 10/06/61, mês que não chegou a merecer a apreciação do plenário em razão da Resolução no. 4167, desta Casa.

Dado o exposto, solicitamos aos nobres Srs. Deputados o apoio para definição do problema.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 38/77

Requerimento

O objetivo do presente Projeto de Lei no. 38/77, de autoria do nobre Deputado Werber Wanderer, vem a ser a alteração da denominação do Município de Formosa, criado pela Lei no. 4382, de 10/06/61, e publicada no D.O. de 12/06/61, para FORMOSA DO OESTE.

A justificativa apresentada em confrontação com a legislação citada, demonstra efetivamente que, de fato, a denominação dada pela Lei no. 4382, é de FORMOSA.

Entretanto, não encontramos no projeto de lei a exigência estabelecida pelo Art. 3o, Parágrafo Único da Lei Orgânica dos Municípios, que determina que a alteração do nome do Município ou Distrito somente poderá ser efetuada, por lei estadual, mediante representação do Município interessado, à Assembléia Legislativa do Estado, feita pelo Prefeito com aprovação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Diante do exposto, solicitamos que o presente projeto de lei seja convertido em diligência junto ao seu autor, a fim de que seja anexado o previsto pelo Parágrafo Único do Art. 3o. Lei Complementar no. 02 (Lei Orgânica dos Municípios).

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 38/77

Pretende o ilustre autor do projeto, nobre Deputado Werner Wanderer, mudar a denominação do Município de Formosa, criado pela Lei no. 4382, de 19/06/61, para FORMOSA DO OESTE.

As razões de tal procedimento, informa-nos o seu autor na justificativa, é primordialmente, em razão da confusão que se estabeleceu em torno do nome daquele município, confusão esta provocada inclusive pelos próprios Poderes do Estado.

A opção pela denominação de FORMOSA DO OESTE se deu em face da consagração popular e do uso oficioso generalizado que se verifica, inclusive no "Mapa do Estado do Paraná", edição de 1974.

O plano de lei em questão vem articulado e justificado, em obediência ao que determina o artigo 123 do Regimento Interno. Vem instruído, também, com a Representação do Sr. Prefeito Municipal interessado, aprovada pela Câmara Municipal de Formosa, presumivelmente com o quorum qualificado de 2/3 de seus membros, requisito expresso no parágrafo único do art. 3o., da Lei Complementar no. 02, de 18 de junho de 1973.

O Projeto em tela não fere qualquer preceito de ordem constitucional e se ajusta às exigências da Lei Complementar supra citada.

Quanto à sua oportunidade, é inegável.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO da medida proposta, respeitado, porém, o substitutivo anexo que atende a melhor técnica legislativa.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Osvaldo Macedo, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei no. 38/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — O Município de Formosa, criado pela Lei no. 4382, de 10 de junho de 1961, passa a ter a denominação de "Formosa do Oeste".

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente e Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 43/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o Conselho Maringense de Assistência à Mulher, com sede e foro na cidade de Maringá, Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 43/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o CONSELHO MARINGAENSE DE ASSISTÊNCIA À MULHER, com sede e foro no Município e Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1977.

(a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Maringense de Assistência à Mulher, sociedade civil sem fins lucrativos, é uma entidade com sede no Município de Maringá, neste Estado, que tem por objetivo promover por todos os meios a seu alcance o atendimento à mulher em todas as fases de sua vida e de seu ciclo biológico.

A referida entidade reúne todos os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, além do que, presta inegavelmente, relevantes serviços à comunidade de Maringá, conforme informações que anexamos ao presente, que por si dão conta das atividades apresentadas pelo Conselho Maringense de Assistência à Mulher, razões pelas quais achamos de justeza o reconhecimento público.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de lei, que temos certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 43/77

A finalidade do presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Jorge Sato, é declarar de utilidade pública o Conselho Maringense de Assistência à Mulher, C.O.M.A.N., pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Maringá.

O projeto atende o que determina o artigo 123 do Regimento Interno, eis que vem articulado e justificado.

Examinando os documentos que instruem o processo, verifica-se: 1). que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública presta de forma real e efetiva relevantes serviços à comunidade; 2) que está em funcionamento há mais de um (01) ano; 3). que os membros de sua diretoria exercem seus mandatos gratuitamente; e, 4). que seus estatutos estão devidamente registrados sob o no. 176, Livro A-1, do Cartório de Registros das Pessoas Jurídicas da 1.a Circunscrição, da Comarca de Maringá. Desta forma, atende todos os requisitos exigidos pela legislação atinente à declaração de utilidade pública.

Quanto ao aspecto constitucional, não apresenta qualquer óbice.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa

que acompanha o projeto.

Assim sendo, somos pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Osvaldo Macedo, Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 75/77, de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que autoriza o Poder Executivo a denominar JOÃO ANTONIO ZEM, um dos estabelecimentos de Ensino do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 75/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar JOÃO ANTONIO ZEM, um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

João Antônio Zem nasceu a 08 de outubro de 1881, na cidade de Padova, norte da Itália. Aos sete anos de idade veio ao Brasil, radicando-se com seus pais, na Colônia Lamenha Pequena, Município de Almirante Tamandaré. Desde logo, demonstrou imensas aptidões. Empreendedor, dinâmico e entusiasta, liderou inúmeros movimentos comunitários visando pleitear benefícios para a região nos setores de educação, estradas e saúde pública, fatores que levaram o então Interventor Manoel Ribas a nomeá-lo Prefeito de Almirante Tamandaré. Sua gestão foi profícua, plena, de realizações. Posteriormente foi eleito vereador no município e, mais tarde, candidatou-se a Deputado Estadual ficando na condição de suplente, apesar de expressiva votação. João Antônio Zem faleceu em 19 de agosto de 1958, cercado pelo carinho de seus familiares e de inúmeros admiradores. Era casado com a Sra. Joana Ceeps Zem e do feliz consórcio nasceram os seguintes filhos: Maria, Luiz, José, Ângela, Carlos e Hilda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 75/77

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a denominar "João Antônio Zem" um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado.

A justificativa nos informa que João Antônio Zem radicou-se desde tenra idade, no Município de Almirante Tamandaré ali dedicando-se ao desenvolvimento de vários setores, como estradas, saúde pública e, principalmente, educação. Chegou a ser Prefeito daquele município, onde teve uma administração profícua. Nestas condições, o que aqui se pleiteia nada mais representa do que uma justa homenagem a quem tanto deu de si em benefício daquela comunidade.

Impedimento de ordem constitucional ou legal não existe para o presente plano de lei.

Sendo assim, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto de Oliveira, Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 76/77, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, da cidade de Rio Branco do Sul, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 76/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI, de Rio Branco do Sul, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima pretende ser declarada de utilidade pública e apresenta seu estatuto, pelo qual se verifica que a mesma presta relevantes serviços à comunidade de Rio Branco do Sul na proteção e assistência à Maternidade e à Infância em geral, razão por que submetemos à apreciação dos nobres Pares o presente plano de lei, para o qual contamos com o seu apoio e a conseqüente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 76/77

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, tem por objetivo o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI, de Rio Branco do Sul, neste Estado.

Sem dúvida, verifica-se que a entidade acima presta inestimáveis serviços à sua comunidade no pertinente à assistência à maternidade e à infância de modo geral, de maneira desinteressada, sem visar lucros ou dividendos, reunindo, assim, os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Não há impedimento algum de ordem constitucional ou legal que possa obstar o trâmite normal deste plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 89/77, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública o "Clube de Radioamadores do Litoral do Paraná", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 89/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Clube de Rádioamadores do Litoral do Paraná, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Radioamadores do Litoral do Paraná, com sede na cidade de Paranaguá, é uma Sociedade Civil sem finalidades lucrativas, e que tem por finalidade a divulgação do radioamadorismo na região litorânea de nosso Estado.

A entidade possui personalidade jurídica e se encontra devidamente registrada na Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão LABRE.

Esta Sociedade acha-se perfeitamente aparelhada no que tange a ministrar — gratuitamente, como sempre, aulas sobre transmissão e recepção de Sinais Morse, como também no magistério de Eletrônica, principalmente no ramo da transmissão e recepção, tanto em Amplitude Modulada, em CW (telegrafia),

como também em Sing-Sid-Band (SSB — bandas laterais superior e inferior).

Escola de Civismo, além do treinamento já mencionado, prepara-se para ministrar instrução à Tropa de Escoteiros Comandante Santa Rita, desta cidade.

Em anos anteriores, em curso de Secretariado, também nesta cidade, foram dadas aulas sobre Telecomunicações, que incluem ensinamentos desde os primeiros sinais a fogo e fumaça até os mais modernos e sofisticados meios de telecomunicações, culminando com uma demonstração "ao vivo" do funcionamento de uma estação de radioamador, estabelecendo contatos com diversas Unidades da Federação.

Da análise dos seus Estatutos, que anexamos ao presente, podemos deduzir que o clube vem se constituindo em uma Escola de Civismo que muito tem contribuído no setor da experimentação e pesquisa em assuntos técnicos e de radioamadorismo dentro do nosso Estado.

Por seu efetivo funcionamento e comprovada prestação de serviços à coletividade, dentro das finalidades do clube, pelas normas estatutárias, já obteve o reconhecimento público municipal, através da Lei número 825, de 03/05/71.

A documentação apensa, comprova o preenchimento de todas as exigências legais, previstas pelas legislações federal e estadual reguladoras da declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, espera-se que o presente Projeto, visando o reconhecimento público estadual, merecerá o apoio e a aprovação desta Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 89/77

1 — De autoria do nobre Deputado Accioly Neto, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o Clube de Radioamadores do Litoral do Paraná, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

2 — Referida iniciativa vem articulada e justificada, obedecendo, desta forma, o que determina o artigo 123, do Regimento Interno.

3 — Do exame do processo resultou provado estar a entidade, que ora se pretende declarar de utilidade pública, em funcionamento há mais de um (01) ano; que os membros da diretoria exercem seus mandatos gratuitamente; que presta relevantes serviços à comunidade, de forma real e efetiva; e, finalmente, que tem seus estatutos devidamente registrados sob número 224, fls. 161, Livro 2-A, do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Paranaguá.

Quanto ao aspecto constitucional, nada a opor.

4 — Nestas condições, somos pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer, S.M.J.

Salad as Comissões, em 03 de agosto de 1977.

(aa) MUGGIATI FILHO — Presidente

OSVALDO MACEDO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 101/77, de autoria do Deputado Antônio Facci, que declara de utilidade pública o "Núcleo Social Papa João XXIII", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 101/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Núcleo Social Papa João XXIII", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Social Papa João XXIII, é uma entidade civil com personalidade jurídica, sem finalidades lucrativas, e que visa, exclusivamente, promover atividades filantrópicas, junto à comunidade de Maringá.

As suas reais e elevadas atividades perante a Sociedade de Maringá, conforme relatório que anexo apresentamos, granjeou-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei número 1153/77 de 01/04/77.

Com o presente projeto de lei propomos, que a entidade, face aos seus meritórios e elevados objetivos que vem proporcionando junto aos menos favorecidos, receba o reconhecimento público estadual, com o que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 101/77

De autoria do nobre Deputado Antônio Facci, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o Núcleo Social Papa João XXIII, da cidade de Maringá.

Pela documentação apresentada, verifica-se que, efetivamente, a entidade acima cumpre a sua finalidade estatutária, dedicando-se em especial ao problema do menor abandonado e promoção integral da família, fazendo-o desinteressadamente. Não visa ela, lucros ou dividendos e os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração. Desta forma, estão preenchidos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Impedimento de ordem constitucional não existe.

Sendo assim, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Academia Paranaense de Letras pelo transcurso de seu 41º aniversário de fundação. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, expediente recebido pelo requerente, relatando irregularidades no setor do abastecimento de água no bairro do Boqueirão, nesta Capital. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo-lhes seja encaminhada, em tempo hábil, mensagem propondo aumento de vencimentos aos funcionários públicos estaduais, a fim de que seja implantado nas folhas de janeiro de 1978, bem como sejam expedidos decretos majorando as gratificações de representação de gabinete. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284 e 285/77.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei número 123/75, 38/77, 43, 75, 76, 89 e 101/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304/77; e

marcando ainda uma sessão extraordinária, para terça-feira, dia 27, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO — do projeto de resolução número 109/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:**PORTARIA NÚMERO 704/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9335, de 22 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário IVES PONESTKE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Primeira Secretaria, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 705/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9192, de 20 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário NELSON SILVIO SALLES, matrícula número 491, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 706/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9280, de 21 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, da funcionária RITA SOARES BERTOLI, matrícula número 052, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 707/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9187, de 20 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário RAUL WOLF, matrícula número 321, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 708/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9195, de 20 de setembro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

JORGE KUDRI — Mat. 286.

CENIRA SILVEIRA DA COSTA — Mat. 308.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 709/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8989, de 14 de setembro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria

número 637/76, da funcionária ISAURA BRAVOS, matrícula número 471, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 710/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9101, de 16 de setembro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, da funcionária IRANI CARINI, matrícula número 179, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral